

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 10 de outubro de 2016
Ata 07/2016

1 Aos dez dias do mês de outubro de 2016, na Sala dos Conselhos da Reitoria, sob a presidência
2 da professora Janete Otte, presidente do Conselho em exercício, realizou-se reunião
3 extraordinária. Presentes os conselheiros e convidados Cláudia Redecker Schwabe, Claire
4 Gomes dos Santos, Fernanda Cristina Camillo, José Luiz Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur de
5 Carvalho Filho, Diego Alessandro Pereira dos Santos, Bráulio Sérgio Mewius, Álvaro Luiz Carvalho
6 Nebel, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da Costa Rodrigues, Geraldo Dias
7 Barbosa, Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues, Letícia Rehbein Jeske, Renato
8 Louzada Meireles, Ademir Dorneles de Dorneles, André Luis Pereira, Roberta Bermudes dos
9 Santos Silva, Francilon Lima Simões, Eduardo Ricardo Fleitas Alzamendi, Max Lindoberto Castro
10 Gonçalves, Letícia Santos da Silva, Douglas Medeiros Vieira Madruga, Marcel Moscarelli Correa,
11 Magda Santos dos Santos, Cristian Oliveira da Conceição, Fabrício Luis Haas, Fernando Barkert,
12 Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Daiani Nogueira Luche,
13 Sílvia Elena Koth Sedrez, Alexandre Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori, Silvana Lurdes
14 Maschio, Luciana Neves Loponte, Diego Afonso da Silva Lima, Marcos Roberto Prietto Schwans,
15 Patrick Lima da Silva, Ana Luiza Wickboldt Schneider, Mack Léo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza,
16 Marlise Sozio Vitcel, Alison Santos Martins, Gelson Luis Peter Corrêa, Moisés Beck, Voldinei
17 Vargas da Costa, Flávia Katrein da Costa, Laís Milena Rosa Corrêa, Adelaide Marli Neis, Ricardo
18 Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior e Marcos André Betemps Vaz da Silva. Justificaram a
19 ausência os conselheiros Isabel Castro Bonow, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Fabian Eduardo
20 Debenedetti Carbajal, Giulia D'Ávila Vieira, Bruna de Oliveira Farias, Gláucia Carine Tasso dos
21 Santos, Renan Garcia Nunes e Érico de Ávila Madruga. Dando início à reunião, a presidente em
22 exercício deu as boas-vindas aos presentes e parabenizou os câmpus que estiveram de
23 aniversário no final de setembro e início de outubro, câmpus Camaquã, câmpus Bagé, câmpus
24 Sapiranga e, esta semana, câmpus Pelotas-Visconde da Graça e também câmpus Pelotas;
25 parabenizou todos os atletas que estiveram nos representando nos jogos nacionais em Brasília,
26 que fizeram muito bonito; agradeceu pela disponibilidade do ônibus ao câmpus; lembrou que
27 vários câmpus nos representaram, os alunos chegaram numa alegria só, dando testemunho de
28 que foi uma experiência excelente para eles; não só os jogos, mas também conhecer atletas de
29 outros IFEs e também conhecer a nossa capital. Colocou em apreciação as atas 04 e 05, das
30 reuniões ordinária e extraordinária do dia 05 de setembro. O conselheiro Milton Almeida
31 perguntou se as atas passam por revisão de português. A secretária Marilvana Tavares
32 respondeu que, mais ou menos, porque colocamos a fala das pessoas e salientou que as pessoas
33 devem ter algum cuidado ao se manifestarem. O conselheiro Milton Almeida pediu que a ata 04
34 seja revista para correção de erros de português. As atas 04 e 05 foram aprovadas. A ata nº 4
35 foi aprovada, mas será assinada na próxima reunião, após a revisão linguística. A seguir, foram
36 empossados novos conselheiros. Continuando, foram submetidas à apreciação as portarias *ad*
37 *referendum* n.ºs 2235/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Pelotas; 2429/2016, que
38 altera o calendário letivo do câmpus Passo Fundo; 2430/2016, que altera o calendário letivo do
39 câmpus Pelotas; 2431/2016, que altera o calendário letivo do câmpus Gravataí e 2432/2016,
40 que altera o calendário letivo do câmpus Camaquã. Sem destaques, todas as portarias foram
41 homologadas. Foi submetida à apreciação a portaria *ad referendum* nº 2508/2016, que trata da
42 revisão do plano de oferta de vagas; a portaria foi homologada. A seguir, foi submetido à
43 avaliação o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, do câmpus
44 Pelotas-Visconde da Graça. O servidor Amauri Costa da Costa disse que o câmpus tem

Handwritten signatures and initials on the right margin of the document, corresponding to the numbered lines of text. The signatures are in black ink and vary in style, including some that are highly stylized or cursive.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the document, including some that are circled or crossed out. These appear to be additional signatures or corrections related to the document's content.

45 professores da área de informática, sendo quatro com doutoramento e está propondo a volta
46 do subsequente, pois tem professores suficientes para atender a área de informática,
47 informática básica dos cursos técnicos e superiores; que o curso é semestral, dois anos; é um
48 curso que não tem oferta e dependendo da procura, pretende ofertar na modalidade integral;
49 que os cursos desta área são bem diversificados no catálogo; que tinham pensado primeiro em
50 informática, depois em estrutura de equipamentos e modificaram para desenvolvimento de
51 sistemas; que é um curso em que estão acreditando bastante. A conselheira Marlise Vitcel disse
52 que na capa está 2017 e no meio do texto está 2016 e pediu que seja feita a correção. O servidor
53 Amauri Costa disse que na capa está a data do início do curso que corresponde ao segundo
54 trimestre de 2016, porque o câmpus está com o calendário atrasado devido às greves. Colocado
55 em votação, o PPC do curso foi aprovado. A conselheira Roberta Silva apresentou a pauta
56 seguinte: PPC do curso **Técnico Florestal** do câmpus Santana do Livramento. Explicou que o
57 curso **Técnico em Florestas** está como Técnico Florestal porque é um curso que vai ser ofertado
58 pela UTU, instituição uruguaia parceira do IFSul; foi construído junto, com princípios binacionais,
59 está coerente com os dois catálogos, tanto do Brasil como do Uruguai. Está Técnico Florestal
60 porque é o nome que consta pelo lado Uruguai; do nosso lado é Técnico em Florestas; que
61 atende todas as bases legais. Não havendo destaques, a presidente em exercício colocou o curso
62 em votação, que foi aprovado por unanimidade. O pró-reitor Marcos Betemps apresentou a
63 proposta do **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede** em
64 lâminas. Disse que a apresentação que vai fazer é do prof. Rony, do IF Espírito Santo, que é o
65 coordenador geral da proposta; lembrou que os conselheiros receberam toda a documentação,
66 inclusive a carta da CAPES, de aprovação da proposta. A questão é que este mestrado é em rede,
67 contempla várias instituições, então há uma organização nacional de como será feita essa
68 tramitação legal dentro de cada instituição. A proposta inicial foi de vinte instituições associadas
69 a este mestrado, mas após duas diligências da CAPES, esta solicitou a exclusão de dois câmpus
70 de institutos da proposta inicial. A proposta agora ficou com 18 câmpus de institutos, alguns
71 colocaram centro de referência, outros colocaram câmpus; então o mestrado da CAPES
72 contempla 18 institutos do Brasil. Houve problemas em certa região do Brasil onde não se
73 conseguiu equipês docentes com formação para esse mestrado; é um mestrado
74 profissionalizante, o primeiro mestrado da rede com foco para a rede. O mestrado tem o
75 objetivo de trabalhar tanto com a produção de conhecimento quanto com o desenvolvimento
76 de produtos, tudo voltado à educação profissional e tecnológica; é o primeiro modelo de
77 mestrado que tem um foco na educação profissional e tecnológica com a perspectiva da
78 melhoria do ensino. Para a gestão desse mestrado existe um comitê gestor, cujo coordenador
79 geral é o professor Rony, do IF Espírito Santo, responsável por esta apresentação que foi
80 finalizada no fórum de pró-reitores durante a Reditec, no Espírito Santo; que existe um
81 coordenador acadêmico nacional; que para nossa instituição foi indicada a professora
82 Cristhianny Bento Barreiro, do câmpus Pelotas; no comitê gestor há um representante da SETEC,
83 do CONIF e um coordenador acadêmico local por região; existe uma comissão acadêmica
84 nacional, que é constituída pelo coordenador acadêmico nacional, que é o coordenador geral,
85 um coordenador adjunto, um coordenador de avaliação e dois representantes do corpo
86 docente. Percebe-se que nessa comissão acadêmica nacional, no comitê gestor existe um atalho
87 dizendo IF Espírito Santo, porque o curso está sendo ofertado oficialmente por ele, com outras
88 instituições associadas, mas como a origem foi ele, todos os comitês e comissões são nomeados
89 pelo coordenador geral do Espírito Santo. Ainda é importante que um servidor nosso componha
90 a coordenação nacional; que vai consultar ProMAT, ProBIO, ProFIS para ver como eles estão
91 fazendo essa jogada de várias pessoas de várias instituições serem nomeadas para uma
92 coordenação nacional. Existe a comissão acadêmica local para a qual cada instituição associada
93 tem que providenciar a nomeação desta comissão, que é o coordenador acadêmico local,
94 professores do corpo docente e um representante discente. No nosso caso, o mestrado vai ser
95 ofertado pelo câmpus Charqueadas; a professora Patrícia Calixto vai ser a coordenadora local e
96 também foi convidada para ser coordenadora regional; então, além coordenadora no polo, em

Handwritten signatures and initials are present on the page, including:

- Top left: a small signature.
- Left margin: several large, stylized signatures.
- Right margin: several large, stylized signatures.
- Bottom: a row of approximately 15 small initials and signatures.

97 Charqueadas, vai ser coordenadora de toda a região sul. Estamos dentro da CAPES na área de
98 ensino, então não é um mestrado em educação, a área de avaliação do mestrado é ensino,
99 modalidade semipresencial; que o que define o semipresencial é ele estar entre 20% e 80% de
100 atividades presenciais, esta é a regra hoje; este ano estão sendo fechadas as disciplinas, qual a
101 carga que cada uma vai ter; as vagas serão por seleção anual, estavam programadas 400, porque
102 na origem eram 20 polos; talvez agora não complete 400 porque existe uma limitação de dois
103 orientandos por docente vinculado; a admissão de docentes nesse programa vai ser por exame
104 nacional; o número de vagas vai ficar de acordo com o número de docentes e o prazo do curso
105 é 24 meses; a área de concentração do mestrado é educação profissional e tecnológica e tem
106 duas linhas de pesquisa: gestão e organização de espaços pedagógicos em EPT e práticas
107 educativas em EPT; são duas linhas que tentam lidar, uma com a atuação docente e a outra com
108 a do técnico-administrativo; essa foi a preocupação da comissão nacional, de trabalhar tanto
109 com docentes como com técnicos. Existem vários macroprojetos e não vai entrar em detalhes
110 sobre as disciplinas porque todos receberam o material; que existe um exame de qualificação;
111 que está previsto um projeto para qualificação ao fim do segundo semestre e no final ele tem
112 que desenvolver um produto educacional porque é um mestrado profissional na área de ensino,
113 então a pessoa não tem que desenvolver unicamente uma dissertação de mestrado, além dela
114 tem que desenvolver um produto educacional. Isso, se compararmos ao que existe hoje no IFSul,
115 temos um mestrado profissional no câmpus Pelotas e um mestrado profissional em ciência e
116 tecnologia no câmpus Pelotas-Visconde da Graça, este último na área de educação. Então os
117 mestrados do CaVG têm a dissertação e o produto educacional gerado por esse mestrado. Todas
118 as instituições associadas devem aprovar o projeto nos seus Conselhos Superiores porque
119 vamos emitir os diplomas dos estudantes matriculados no câmpus Charqueadas. A conselheira
120 Luciana Loponte disse que na reunião que aconteceu semana passada no Espírito Santo, da qual
121 participaram a Cristhianny e a Patrícia Calixto, também se definiu que ficarão doze professores
122 em cada polo, e com isso aumentamos a oferta com mais quatro matrículas, duas para cada
123 professor; que o IFSul vai abrir nos próximos dias um edital para seleção de professores para
124 complementar o quadro que hoje está com dez professores já cadastrados como professores
125 permanentes do programa. Também ficou definido 50% das vagas como reserva para a
126 instituição e o restante ficará aberto para a comunidade. A outra questão é que, com a
127 aprovação desse projeto, teremos que alterar o organograma do câmpus Charqueadas, que vai
128 ser o polo do instituto e precisamos inserir a função de coordenador do mestrado profissional
129 em rede, destinando para tal uma FCC e solicitou que pudesse entrar junto com a aprovação
130 desse projeto. O conselheiro Alexandre Pitol perguntou o que seriam as duas vagas que foram
131 faladas. A conselheira Luciana Loponte respondeu que o grupo de trabalho reunido no Espírito
132 Santo definiu o quantitativo de professores por polo, são doze professores e o nosso hoje só
133 tem dez, então será aberto edital para as pessoas interessadas em participar do projeto. O
134 conselheiro Alexandre Pitol perguntou se seria para todos os câmpus, tendo a conselheira
135 Luciana Loponte respondido que sim e que cada professor dá direito à matrícula de dois alunos,
136 com previsão de 24 alunos na turma. O conselheiro Alexandre Pitol disse que em Passo Fundo
137 tem a professora Carol no projeto e perguntou se ela tem que concorrer. A conselheira Luciana
138 Loponte respondeu que não, que ela já faz parte. O conselheiro Alexandre Pitol disse ter outra
139 dúvida sobre abrir FCC para esse mestrado, que em Passo Fundo tem especialização e não tem
140 FCC. O pró-reitor Marcos Betemps explicou que só há FCC para graduação ou pós-graduação
141 *lato sensu*; que para *stricto sensu* não pode. A conselheira Luciana Loponte disse que em
142 Charqueadas tem uma especialização e foi destinada uma FG-2. O pró-reitor Marcos Betemps
143 lembrou que deve ser submetida à votação a aprovação do projeto e também a autorização de
144 funcionamento, que devem ser apresentados à CAPES. Submetido à votação, o mestrado e a
145 autorização de funcionamento foram aprovados por unanimidade. Entrou em discussão a
146 homologação do resultado das eleições/indicações para a COE e a definição da COE Central. A
147 conselheira Daiani Luche informou que na semana anterior foram realizadas as eleições para as
148 COEs locais; que para as vagas não preenchidas via eleição fizeram indicação conforme prevê o

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

149 regulamento; que a nominata foi divulgada sexta-feira e fizeram convocação para a reunião feita
150 hoje antes do início deste Conselho, quando foi definido quem comporá a COE central, que está
151 reunida, aguardando a homologação para definir o nome do presidente; que a única dúvida que
152 surgiu foi se a comissão central teria que ter equivalência de 3 docentes, 3 TAEs e 3 discentes;
153 que o pessoal acredita que é impossível fazer assim porque já se reuniram nos câmpus, já
154 tiraram a representação deles e isso poderia mudar a estrutura da COE central, mas fica para o
155 Consup, se quiser discutir sobre isso; que o Ricardo Carrilho orientou como foi na outra eleição,
156 disse que não foi obedecida essa paridade; que a COE central foi definida assim: a representante
157 da equipe de trabalho da reitoria é a Aline; Lajeado, Péricles; Pelotas, Gustavo; CaVG, Fernando;
158 Sapucaia, Roger; Charqueadas, Emily; Novo Hamburgo, Erivelto; Passo Fundo, Gustavo; Bagé,
159 Rafael; Camaquã, Everton; Venâncio Aires, Gabriele; Santana do Livramento, Jeferson;
160 Saporanga, Rafael; Gravataí, Vitor; Jaguarão, Alexandre. Essa é a COE central que vai conduzir o
161 processo; é tudo com eles, a CCSCOE já fez o seu trabalho e está aqui para qualquer dúvida que
162 tiverem. A presidente em exercício perguntou se tem docentes, técnicos e discentes. A
163 conselheira Daiani Luche disse que não tem paridade, tem 1 discente e o resto é docente e TAE.
164 A paridade docentes/técnicos está quase, quase, discente é que não. A presidente em exercício
165 disse que temos que homologar os nomes relacionados agora, para que eles definam quem será
166 o presidente em exercício. A conselheira Claudia Schwabe disse que a COE central estava em
167 dúvida, se deveria aguardar a homologação para depois escolher o presidente em exercício. O
168 conselheiro Milton Almeida sugeriu chamá-los para dar-lhes posse, para que depois se reúnam
169 para escolher o presidente em exercício. A conselheira Regina Lima perguntou o que o
170 regulamento diz sobre a questão da paridade. A conselheira Daiani Luche respondeu que o
171 regimento não determina a paridade; o Decreto diz que as comissões devem obedecer a
172 paridade, mas ele não fala exatamente sobre a COE central, fala das comissões locais e a
173 comissão passada não teve, porque fica complicado definir qual câmpus vai escolher discente,
174 esse é o problema. A conselheira Marlise Vitcel disse ser uma questão de ordem; que já se
175 venceu esta questão na reunião do Conselho passado quando se aprovou o regulamento; no
176 regulamento para eleição da COE fica bem claro que a COE central é composta por 16 membros,
177 sendo 1 de cada câmpus, mais a reitoria e um observador do sindicato; já teve essa discussão, o
178 Conselho já definiu, já votou e não cabe nesse momento fazer nova discussão sobre o que já se
179 venceu no Conselho passado. O conselheiro Osni Rodrigues perguntou como ficou a questão do
180 observador da comissão que havia estudado o regulamento anterior. A conselheira Daiani Luche
181 disse que, a princípio, ficou o Osni, a Fernanda e o Maia. O conselheiro Osni questionou se então
182 iam ser mantidos os mesmos observadores na comissão eleitoral central. A presidente em
183 exercício Janete Otte lembrou que a conselheira Marlise Vitcel falou em 16 membros, sendo um
184 observador. O conselheiro Emanuel Queiroga disse que, pelo que ficou definido na última
185 reunião, ficou um observador sindical que o sindicato vai indicar e, pelo que entende, essa
186 comissão apresenta sua proposta, seu resultado final e a COE vê o que vai utilizar do estudo
187 feito, o que acha ser pertinente ou não; que cabe à COE aceitar ou não uma sugestão. A
188 presidente em exercício Janete Otte colocou que a conselheira Daiani Luche disse que na
189 CCSCOE tinha 3 observadores, que na COE não ficou definido no regulamento que teria
190 observação do pessoal que já trabalhou em eleição; que está aberto para discussão, mas esse
191 pessoal estava trabalhando como observador na CCSCOE, na COE não ficou definido o nome, se
192 ia manter o nome desses observadores, até por que já está montada a COE; acredita que agora
193 a responsabilidade é deles; a consultoria pode acontecer, mas a única observação que ficou foi
194 a representação sindical. O pró-reitor Manoel Porto Jr. pediu licença para manifestar-se e disse
195 que a única questão importante de salientar é a seguinte: a gente tem um processo eleitoral
196 estabelecido por lei, tem uma regulamentação que garante, diferente das universidades, que
197 têm lista tríplice, uma conquista de muita luta da nossa rede, como a portaria 715 e essa lei
198 define como tem que ser montada a COE, que tem que ser paritária, tem que ter eleição nos
199 câmpus e depois desses câmpus para a COE central; então qualquer coisa que se queira inventar
200 além disso sempre representa um risco; tu colocas observadores aprovados pelo CONSUP na

[Handwritten marks and signatures on the left margin]

[Handwritten marks and signatures on the right margin]

[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

201 COE e se um observador levanta algum óbice numa atitude da COE isso pode ser judicializado;
202 acha que todos nós observamos o trabalho da COE, todos nós e principalmente o sindicato; disse
203 que se orgulha de fazer parte do SINASEFE; todos somos observadores, acompanhamos, mas já
204 existe uma definição por lei de como é a COE e qualquer coisa que comece a sair daquilo que
205 está colocado no papel com relação a isso, uma conquista nossa, é perigoso; nós garantimos
206 processos que são de fato democráticos, e só cabe ao Ministro da Educação nomear quem foi
207 eleito pela comunidade e só a nossa rede tem, nenhuma outra rede tem isso, então sair disso, a
208 gente acaba minando nosso próprio caminho; acha que todos somos observadores,
209 principalmente as entidades de classe dos servidores e de estudantes; todos têm que estar
210 participando do processo, incentivando o processo, ajudando a COE no que for possível, mas
211 sair daquilo que está no papel, a gente começa a dar margem para ter problemas na execução
212 do processo eleitoral. A conselheira Marlise Vitcel lembrou que dia 16 de setembro o Conselho
213 se reuniu aqui nesta sala e aprovou o regulamento, que no art. 33, parágrafo 1º diz: a COE central
214 terá 15 representantes, sendo um representante de cada câmpus e um representante da
215 reitoria. Esse regulamento passou pelo crivo do nosso setor jurídico, não foi feita observação
216 nenhuma em relação a isso, a gente já venceu essa discussão e acha complicado, como
217 conselheiros, ficar voltando a discussões feitas há duas semanas atrás, três semanas atrás,
218 porque assim não avança como conselho; a gente teve uma discussão forte, lembrou que, assim
219 como o Maia defendeu a permanência do sindicato, mas o conselho como um todo defendeu
220 que o sindicato está fora, que vai ficar como observador e isso foi colocado no regulamento,
221 que o sindicato é um observador do processo, a gente definiu isso, a gente votou isso, a gente
222 publicou isso, a gente executou isso; acha que levantar questões sobre isso dá margem a que as
223 nossas decisões a toda hora sejam revistas e aí a gente vai ter problemas sérios quanto as
224 decisões do Conselho, acha que isso não tem que estar em pauta. O pró-reitor Manoel Porto Jr.
225 disse que não retira sua colocação, mas a sua colocação é de quem foi coordenador nacional do
226 sindicato, que se a gente começa a minar isso a gente começa a correr risco, é uma posição sua;
227 que não participou da reunião anterior do Conselho por questão de saúde, que se estivesse,
228 teria defendido o que defendeu agora; que inventar situações no Conselho que não estão de
229 acordo com a lei é favorecer possibilidades de candidatos menos votados judicializarem o
230 processo, é um risco. O conselheiro Osni Rodrigues disse querer deixar bem claro que este
231 Conselho já está inventando o que não está escrito taxativamente no regulamento; o art. 4º do
232 decreto deixa bem claro que as comissões eleitorais, tanto a local quanto a central terão a
233 mesma composição: três representantes do corpo docente, três representantes dos técnico-
234 administrativos em educação e três representantes discentes; que isso é uma coisa que já foi
235 passado e já foi superado pelo regulamento; que o Conselho Superior está desautorizando
236 autorizações anteriores em vários momentos; nós vínhamos há pelo menos um ano e meio com
237 uma comissão de estudo do regulamento da última eleição e esta comissão já estava com uma
238 matéria ajustada tanto da comissão eleitoral quanto do observador, da mesma forma com que
239 na pré-COE essa comissão teve sua cadeira como consultora e teve esse encaminhamento
240 proposto pela CCSCOE para esta COE e no entanto, na última reunião do Conselho parece que
241 tudo isso mudou, todo o planejamento que se tinha retrocedeu não se sabe exatamente como,
242 o que houve naquele momento, se aproveitaram o momento em que talvez alguns
243 representantes que pudessem defender algumas situações não estavam presentes, mas
244 infelizmente isso aconteceu; então entende que nesse momento o que se tem a fazer é respeitar
245 o regulamento que foi homologado e tocar adiante, não tem muito o que fazer agora. O
246 conselheiro Milton Almeida disse ir na mesma linha porque todas essas questões já estão
247 definidas e facilmente a gente pode verificar que todas as situações aqui levantadas estão claras
248 na ata da reunião ordinária do dia 5 de setembro; se erramos, e podemos ter errado, podemos
249 ter aprovado decisões que poderiam ser diferentes, mas lá nós decidimos que aquela comissão
250 que vinha trabalhando, composta pelos servidores Osni, Alexandre Pitol, Marlise, Carrilho,
251 Fernanda Mello e Henrique Maia seriam assessores da CCSCOE, mas não tomamos nenhuma
252 decisão com relação a como se deve posicionar a COE, nem a COE central nem a COE por

A vertical column of handwritten signatures and initials on the right margin of the page. The signatures are in various colors (black, blue, red) and styles, some appearing to be initials or full names. They are positioned to the right of the main text block, roughly between the 80 and 910 line numbers.

A vertical column of handwritten signatures and initials on the left margin of the page. The signatures are in various colors (black, blue, red) and styles, some appearing to be initials or full names. They are positioned to the left of the main text block, roughly between the 740 and 910 line numbers.

253 câmpus, exatamente com essa preocupação de a gente não criar situações que não estejam
254 previstas na regulamentação, na lei maior, que estabelece que as COEs são autônomas e
255 independentes; então, não cabe a este Conselho dizer exatamente o que as COEs tem que fazer.
256 Claro que se as COEs julgarem importante ouvir pessoas e experiências anteriores, isso deverá
257 ser feito, mas isso compete às COEs, porque as COEs estão claramente definidas na legislação
258 que estabelece as regras para a eleição do reitor; que o Manoel colocou muito bem que nós
259 fazemos eleição, não fazemos escolha de lista desse ou daquele tipo, então tem que deixar as
260 COEs trabalharem de acordo com aquilo que está na legislação, esta é sua posição. A conselheira
261 Daiani Luche disse que conversou com o Osni e, agora como SINASEFE, indica o nome dele por
262 conveniência, porque já participou da outra COE e vai seguir como auxílio e como representante
263 do SINASEFE. O conselheiro Milton Almeida disse que pode ser, se as COEs assim entenderem.
264 O conselheiro Osni Rodrigues disse estar previsto no regulamento. A conselheira Daiani Luche
265 disse que essa observação está prevista. A presidente em exercício, Janete Otte, lembrou que
266 precisamos homologar os nomes da COE central, a partir dos nomes de todas as COEs que a
267 Daiani divulgou na internet e da COE central. Colocou em votação os nomes dos componentes
268 da COE central, que foram homologados por unanimidade. A conselheira Daiani Luche explicou
269 que o presidente vai ser definido por cada COE de câmpus e o da COE central será escolhido na
270 reunião que será realizada a seguir. Os representantes da COE central foram chamados para
271 serem comunicados da homologação, para se apresentarem aos conselheiros e posteriormente
272 realizarem reunião para definir a presidência: Gustavo Fabro de Azevedo, Emily da Costa Pinto,
273 Roger Sauandaj Elias, Rafael Rodrigues Bastos, Aline Daiane Gonçales Fagundes, Gabriele Laís
274 Mandler, Alexandre Macedo Pereira, Everton Lima Horst, Erivelto Bauer de Matos, Fernando
275 Jassin Gutierrez, Gustavo Cardoso Born, Jéferson da Silva da Silva, Péricles Purper Thiele, Rafael
276 Bohrer Ávila e Vitor de Abreu Rodrigues. Informaram que finda a reunião, definiram que o
277 presidente Gustavo Fabro de Azevedo, Rafael Rodrigues Bastos, vice-presidente e Gabriele Laís
278 Mandler, secretária. A presidente em exercício colocou em pauta o último assunto da pauta:
279 **definição de turnos para votação**, pois conforme o art. 3º do Decreto, o conselho deverá
280 deliberar se será realizada em turno único ou dois turnos. Para tirar dúvidas sobre a deliberação
281 dos turnos da votação, foi projetado na tela o decreto 6986/2009, que diz competir ao Conselho
282 Superior de cada instituição deflagrar os processos de consulta - art. 2º e deliberar sobre a
283 realização do turno de realização dos pleitos - art. 3º. A presidente em exercício disse que esse
284 conselho ainda não deliberou se será em um ou dois turnos, o que deverá acontecer hoje. O
285 conselheiro Milton Almeida disse que já existe uma experiência anterior e parece não haver
286 motivo para mudar a sistemática que foi adotada na eleição anterior a não ser que exista um
287 fato muito determinante. Acha conveniente e adequado que se use a mesma sistemática usada
288 na eleição anterior, portanto em dois turnos, a não ser que o Conselho tenha algo em contrário.
289 O conselheiro Daltro Filho sugeriu colocar uma ressalva para os câmpus que tiverem dois
290 candidatos ou um candidato. O conselheiro Álvaro Nebel disse que pode acontecer termos em
291 algum câmpus mais de dois candidatos e uma votação muito equilibrada e aí teríamos então a
292 nomeação de um diretor com menos de 50% de votos; entende também que o decreto diz que
293 em havendo mais de dois candidatos, se um dos candidatos fizer mais do que a soma de votos
294 dos outros candidatos não haveria necessidade do segundo turno, isso obviamente significa
295 mais de 50% dos votos. A conselheira Marlise Vitcel sugeriu que a COE coloque uma
296 recomendação com esse gatilho dos 50% mais um; que se um candidato tiver 50% mais um voto,
297 que não tenha segundo turno, mas que se garanta o segundo turno; que isso resolve o problema
298 da maioria dos câmpus que vai ter um ou dois candidatos, que vai ter um turno de votação e na
299 reitoria se o candidato tiver 50% mais um voto se encerra a votação no primeiro turno. Não
300 havendo outra proposta, a presidente em exercício colocou em votação a proposta de dois
301 turnos, salvo que haja aprovação de 50% mais um no primeiro turno dos votos válidos. A
302 proposta de eleição em dois turnos foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Emanuel
303 Queiroga ressaltou que a COE deve consultar a procuradoria federal, quanto à questão dos
304 câmpus de educação a distância, sobre a votação deles, porque no parecer da votação da

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

357 deputado, não entrou de sola, apenas tentou conquistar a confiança dele e funcionou; um dia
358 antes de ele ir embora o pessoal queria informações sobre o que estava acontecendo com a
359 categoria, convidou-o para sentar e funcionou muito melhor do que se tivesse entrado de
360 carrinho, então uma das vantagens é que os deputados gaúchos estão discutindo isso aí; esse é
361 um breve relato, teria muito mais coisas para falar, se quiserem saber estou à disposição. O
362 conselheiro Osni Rodrigues disse entender as posições levantadas, mas entende mais ainda que
363 a gente está passando por uma série de ataques muito violentos em todo o serviço público e é
364 o momento de nós, enquanto conselheiros do Conselho Superior do IFSul, enquanto servidores
365 públicos federais manifestarmos toda nossa contrariedade com a PEC 241 que vem exatamente
366 sucatear todo serviço público, não só a educação, a segurança, a previdência, tudo isso em
367 função de aumentar o superávit primário para fazer o pagamento da dívida, pagamento não,
368 amortização da dívida pública que a gente não sabe de onde saiu; nós, enquanto conselheiros,
369 enquanto temos aqui talvez um acesso à informação bem maior que a maior parte da população
370 devemos nos manifestar, colocar pelo menos em votação aqui para ter a posição desse Conselho
371 quanto a ter uma moção de repúdio à PEC 241; a gente não quer chegar e abrir claramente que
372 somos contra um governo usurpador e golpista, a gente quer apenas dizer que a PEC 241 vem
373 exatamente para acabar com o serviço público da forma como conhecemos hoje; entende que
374 devemos refletir e aprovar essa moção de repúdio. O conselheiro Francilon Simões entende
375 perfeitamente as aflições do conselheiro Álvaro, só que um dos pontos que a gente tem que ver
376 é que não é uma moção de repúdio que a gente vai estar se manifestando contra o fora, que
377 é uma luta partidária, contra uma pessoa, contra um governo explícito; que a gente quer é se
378 manifestar contra um projeto de emenda constitucional que é extremamente danoso não
379 somente para o serviço público, mas para nossa categoria como um todo; ela vem para nos
380 patrolar com um todo, passar por cima com uma sequência de ataques que ainda tendem a
381 piorar; então é completamente a favor, e já abre seu voto; também como sindicalizado não tem
382 como se posicionar contrário, mas está na hora de a gente sair de cima do muro e, como
383 conselho, postar qual é a nossa opinião quanto a esse projeto. O conselho Álvaro Nebel disse
384 que representa o câmpus inteiro, não só a sua vontade, crê que tem conselheiros que
385 representam os docentes, representam os técnico-administrativos; dificilmente se fizer
386 assembleia nos câmpus não vá sair por unanimidade essa moção de apoio, mas na última moção
387 de apoio que se tirou desse conselho, lá no CaVG, na primeira reunião geral que teve foi cobrado
388 por ter tomado aquela decisão sem ter consultado a comunidade; então, por respeito ao
389 câmpus, pela cobrança que foi feita, vai se abster de apoiar a moção. O pró-reitor Manoel Porto
390 Jr. pediu licença para se manifestar e disse entender o posicionamento do conselheiro Pablo;
391 agora, talvez tenha motivo para o reitor, num determinado momento, num evento em Brasília
392 não fazer uso daquele momento para falar alguma coisa. Acha que o Reitor, como presidente
393 do CONIF tem momentos em que pode avançar mais uma fala, outros momentos não; que tem
394 que trabalhar isso com muito discernimento e, a partir disso, tem conseguido em alguns
395 momentos, inclusive, melhorar a situação da rede num momento tão complicado; que o CONIF
396 lançou documento a partir da Reditec colocando inclusive argumentos contra a PEC 241; é o que
397 se pretende na moção aqui. Nesse sentido, considerando que todos aqui somos companheiros
398 e companheiras em defesa da rede federal de educação, temos que pensar como o Álvaro
399 coloca, se a tática está correta em cada movimento que a gente faz; mas disse que a Maria
400 Helena, que é secretária executiva do MEC hoje, era secretária executiva do Paulo Renato, o
401 cara que fez o decreto que proibia o aumento de câmpus da rede federal. É essa pessoa que
402 está lá, é essa pessoa que comanda e nos tira da lista do ENEM; é essa pessoa que quer congelar
403 o orçamento de instituições que estão em implantação; grande parte dos 644 câmpus não têm
404 completo o ciclo de curso e não têm professores para dar aula nesses cursos; se congelar, como
405 concluir a expansão? Então, tem momentos em que a gente não pode calar, tem que fazer as
406 coisas; ponderações como o Álvaro faz, discutir sim a tática em cada momento, mas esse
407 momento que a gente vive agora que é de guerra total contra direitos, a gente já sabe como
408 pensar as pessoas que estão no MEC a respeito de nós, quando fazem a reforma do ensino

[Handwritten notes and signatures on the left margin]

[Handwritten notes and signatures on the right margin]

[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

461 numa conjuntura, que já fizeram ações no câmpus, não lembra se dia 5 ou 29, e viram que, sem
462 discutir a questão do serviço público, estão vendo tramitar projetos de lei, projetos e reformas;
463 são 66 projetos que retiram o direito dos trabalhadores como um todo; entre esses direitos
464 estão férias, décimo, adicional noturno, insalubridade e outras tantas questões. Os ataques à
465 educação são diários, a gente dorme e acorda com outro ataque à educação. No dia 5 mesmo a
466 gente teve esse negócio do ENEM, não fomos classificados nas listas do ENEM. Então em 2015,
467 77 escolas das 100 melhores eram públicas, este ano foram 3 públicas, num intuito claro de dizer
468 que o público não funciona e que, portanto, a medida provisória de reforma do ensino médio é
469 a solução para melhorar a educação e a gente às vezes não consegue acompanhar tamanha
470 conjuntura. Nessa questão do ENEM o CONIF se mobilizou, os institutos se mobilizaram, a gente
471 se mobilizou e ao final da noite o MEC já voltou atrás e disse que teve um equívoco; isso não
472 seria possível se todo mundo não tivesse colocado aquele negocinho no face, cadê os institutos
473 e tal; isso dá resultado e uma coisa que o Eduardo falou, que mais importante que a gente
474 assinar aqui uma moção de repúdio à PEC é a gente levar essa discussão para a nossa
475 comunidade, é a gente reunir os nossos colegas, mostrar o que é a PEC, ler o que é a PEC; a
476 gente fez nos três turnos leitura do documento, discutindo em cada artigo o que significava,
477 como impactava em nós e na população em geral, como a PEC pode desvincular da previdência
478 o salário mínimo levando de volta para a miséria milhões de brasileiros; então é impossível que
479 a gente como conselheiro não tenha essa noção de que é nossa obrigação de estar aqui como
480 servidor público, com a educação sendo nosso norte trazer essas clarezas para a sociedade, o
481 que representa a reforma do ensino médio, o que representa a PEC 241, o PLP 257 e tantos
482 outros ataques; o último, que nos deixou mais chocado foi a entrega do pré-sal para as empresas
483 privadas; inviabilizando o PNE – Plano Nacional de Educação de destinar 10% do PIB para a
484 educação; isso joga no lixo a nossa constituição; como cidadão a gente tem o dever de estar
485 esclarecendo isso e de estar buscando apoio em todos os lugares; então vamos lá falar com o
486 vereador, falar com o prefeito, tomar um Dramin antes de sair de casa se não tem estômago,
487 mas vamos lá fazer essa discussão, fazer a discussão com os nossos colegas, com os políticos,
488 com os deputados, com os senadores, porque a gente não pode deixar passar a PEC. A
489 presidente em exercício colocou em regime de votação a moção de repúdio à PEC 247, que foi
490 aprovada, havendo cinco abstenções. A presidente em exercício pediu que dois ou três
491 conselheiros se disponibilizassem para redigir o documento. O conselheiro Osni Rodrigues disse
492 que deveria ser a proponente. Disponibilizaram-se os conselheiros Francilon Simões, Osni
493 Rodrigues, Ana Geller, Daiani Luche e Marlise Vitcel. O conselheiro Osni Rodrigues disse que
494 dias 21, 22 e 23 de outubro vai ser realizado em Pelotas o **Encontro Regional da Região Sul do**
495 **SINASEFE** e convidou todos os conselheiros e colegas de todos os câmpus para participarem;
496 vão começar dia 21 com uma análise da conjuntura; depois dia 22 vai ter debates sobre escola
497 sem partido, a contrarreforma do ensino médio, PEC 241, PL 257 e no final da tarde, uma mesa
498 sobre carreira, tanto dos técnico-administrativos em educação quanto dos docentes; no
499 domingo, o encerramento vai ser com uma mesa de debates sobre dívida pública e exploração,
500 auditoria cidadã e a contrarreforma da presidência. Ratificou que todos estão convidados. Nada
501 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a
502 presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and names at the bottom of the page]
Francilon Simões
Osni Rodrigues
Ana Geller
Daiani Luche
Marlise Vitcel
Stela Marina Nunes de Castro
Eduardo
Elávia K. Costa
Lorena Borges
Ana Maria Geller